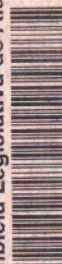




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 291/2024
Data: 23/02/2024 - Horário: 16:11
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº ____/2024

**ACRESCENTA À LEI Nº 6.276/2001 O
PARÁGRAFO QUE DISPÕE SOBRE O
INTERSTÍCIO PARA EFEITO DE
PROGRESSÃO HORIZONTAL DA PARTE
ESPECIAL E SUPLEMENTAR DA POLÍCIA
CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

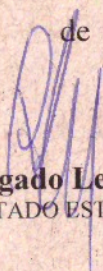
Art. 1º Acrescenta-se ao art. 8º da Lei nº 6.276, de 11 de outubro de 2001, o seguinte parágrafo:

“Art. 8º (...)

§9º Será contado como interstício, para efeito de progressão horizontal de classe, o tempo de serviço prestado em atividade de natureza policial dos agentes de segurança pública e de ressocialização do Estado de Alagoas, a saber: policiais militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e policiais penais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo ao tempo de prestação de serviço.

Sala das sessões, de de 2024.


Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Projeto de Lei visa estabelecer o interstício necessário para efeito de progressão horizontal da parte especial e suplementar da Polícia Civil do Estado de Alagoas. Tal iniciativa é fundamentada na necessidade de promover uma estruturação adequada na carreira dos profissionais da segurança pública, garantindo, assim, uma atuação mais eficiente e motivada.

A progressão horizontal é um instrumento importante para o desenvolvimento profissional dos servidores da Polícia Civil, pois permite que estes alcancem novos patamares na carreira, mediante o cumprimento de requisitos específicos e a dedicação ao serviço público. No entanto, é imprescindível estabelecer critérios claros e objetivos para essa progressão, a fim de assegurar a valorização dos profissionais e a eficácia das atividades desempenhadas.

Com a definição do interstício necessário para a progressão horizontal na parte especial e suplementar da Polícia Civil, busca-se criar um marco temporal que permita avaliar o desempenho e a qualificação dos servidores, bem como estimular o aprimoramento contínuo de suas habilidades e competências. Dessa forma, pretende-se garantir que a ascensão na carreira ocorra de maneira justa e meritocrática, contribuindo para a valorização e a motivação dos profissionais.

Além disso, ao estabelecer um interstício adequado, o projeto de lei visa promover a estabilidade e a previsibilidade na progressão dos servidores, evitando possíveis distorções e garantindo a equidade de oportunidades dentro da instituição. Ao mesmo tempo, busca-se estimular o desenvolvimento profissional dos policiais civis, incentivando-os a investir em sua capacitação e aprimoramento.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Acrescenta-se que, com o advento da Lei Estadual nº 9.032/23, houve a garantia deste critério de progressão aos integrantes da Parte Permanente da Polícia Civil, sendo pertinente que seja também utilizado para àqueles que compõem a Parte Especial e Suplementar.

Portanto, diante da relevância e da necessidade de estabelecer critérios transparentes e justos para a progressão horizontal na Polícia Civil do Estado de Alagoas, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa promover a valorização dos profissionais da segurança pública e contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

Sala das sessões,

de

de 2024.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL